

# CIDADES INV...

O QUE HÁ POR TRÁS DOS PROJETOS ATRELADOS AOS MEGAEVENTOS E COMO ISSO AFETA OS DIREITOS, A SAÚDE E A VIDA URBANA

**C**élio e Felipe vão vestir laranja no mês dos Jogos Olímpicos. Laranja é a cor dos garis. Maria de Lourdes, a Maria dos Camelôs, fechará a barraquinha de roupas femininas que mantém no Centro da Cidade nos três feriados municipais decretados pelo Prefeito — mas seu espírito olímpico não é mais o mesmo de quando torcia pelo Brasil com churrasco e roda de samba. Dona Irone, a mãe de Vitor Santiago, terá pouco tempo para ver os atletas disputando medalha pela TV. Ela agora se dedica integralmente aos cuidados do filho baleado pelo Exército quando voltava para casa, na favela Vila Pinheiro, no Rio de Janeiro. Rodrigo, o motorista da linha 804, que atravessa a zona oeste da capital fluminense, estará em trânsito, como sempre. O vigia Altair Antunes, que perdeu a casa durante a remoção da Vila Autódromo, achava que tinha o direito de ficar ali por "99 anos". Anda desacreditado do país da festa olímpica.

Desde que o sotaque carregado do membro do Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou o Rio de Janeiro como cidade-sede da Olimpíada de 2016, já se passaram sete anos. Antes, em 2007, a capital fluminense havia recebido os Jogos Panamericanos e, em 2014, viria a sediar a Copa do Mundo da Fifa. A sucessão de megaeventos gerou uma série de transformações no espaço urbano da cidade, deixando o Rio mais dividido. Às vésperas da abertura dos jogos, o muro que separa um conjunto de favelas da principal via de acesso ao Aeroporto Internacional ganhou adesivos coloridos. Autoridades dizem que as placas cumprem a função de isolar acusticamente o local e impedir o acesso dos moradores das comunidades próximas às vias expressas. Para os moradores, é maquiagem para turista ver.

Nesta reportagem, *Radis* discute o direito à cidade e o impacto dos grandes eventos no cotidiano de seus habitantes. Ouviu pesquisadores e especialistas, mas também conversou com esses heróis anônimos que contam a cidade do cartão-postal pelo avesso.

JUSTIÇA  
SOCIAL ESPACIAL

A PART



REPORTAGEM: ANA CLÁUDIA PERES  
ARTE: FELIPE PLAUSKA FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

### CIDADES PARA QUEM?

Millôr Fernandes, humorista, escritor e atleta nas horas vagas, costumava elogiar o frescobol como o mais democrático dos esportes, o único em que não há vencidos nem vencedores. No frescobol, para que o jogo funcione, é necessário cooperar com o parceiro. Ao lembrar dessa curiosidade durante uma aula pública no Centro do Rio de Janeiro, em março, o urbanista Carlos Vainer utilizou uma metáfora oportuna para um país às voltas com a realização de uma Olimpíada: nossas cidades estão cada vez menos tomadas pelo espírito colaborativo do frescobol. Para o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur-UFRJ), o modelo de cidade evidenciado pelos megaeventos é competitivo.

De um lado dessa arena, está um projeto de cidade mais humana, destinada às pessoas, em que o interesse público fala mais alto e valores como a solidariedade ainda não viraram um clichê. Do outro, a cidade-espetáculo, voltada para os negócios, uma nova forma de regime urbano que funciona

sob a caneta do mercado e da economia. “Ao aproveitar os jogos como desculpa para transformar uma cidade, o que está em disputa é um novo projeto hegemônico”, disse Vainer. “E o modelo que resulta desse processo é segregador e excludente, só acelera as desigualdades”. Isso o estudioso chama de “cidade de exceção” — numa referência ao conceito de “estado de exceção”, caracterizado pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais.

Na “cidade de exceção”, esclareceu, a ordem pública sucumbe a uma série de desvios dos padrões tradicionais. É o que acontece durante os preparativos para a realização de uma Copa ou de uma Olimpíada, quando se cria toda uma legislação específica para servir aos interesses do capital: regime diferenciado de contratação, isenção tributária para hotéis, leis que permitem que municípios se endividem com obras, exemplificou. No caso do Rio de Janeiro, para receber os Jogos Olímpicos de 2016, a cidade passou por transformações que modificaram o seu desenho urbano e afetaram profundamente a vida de seus habitantes.





## “DESCULPE OS TRANSTORNOS”

Ao trafegar pela cidade, o morador se depara com um verdadeiro canteiro de obras — muitas delas inacabadas — que incluem desde a construção de instalações esportivas e reforma dos equipamentos até infraestrutura no campo da mobilidade: modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus e de sistemas de transporte urbano, obras viárias e reformas de aeroporto. Muito além dos transtornos temporários, a passagem do megaevento pela cidade deixa marcas dramáticas. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas — uma articulação de organizações populares e sindicais, pesquisadores e atingidos pelas obras dos megaeventos, que atua no Brasil desde 2010 — estima que, no Rio de Janeiro, por razões diretas ou indiretamente vinculadas às intervenções do Projeto Olímpico, pelo menos 4.120 famílias já foram removidas de suas comunidades e 2.486 permanecem ameaçadas de remoção.

“Nossas cidades passam por uma representação ideológica que encobre a realidade”. Foi o que disse a urbanista e professora da Universidade de São Paulo (USP), Ermínia Terezinha Menon Maricato, durante uma palestra realizada no final de junho, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) — no Rio, os meses que antecederam a Olimpíada foram tomados por palestras, seminários e atos públicos que discutiram os impactos dos megaeventos. Ermínia citou o exemplo do Porto Maravilha — projeto de requalificação da região portuária do Rio — como um emblema dessa cidade-espetáculo que nega a tragédia urbana varrendo para as margens da cidade tudo o que não cabe no mercado imobiliário.

De acordo com o Dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, a região portuária, com cerca de 5 milhões de metros quadrados, abrigava vários prédios públicos da União, do estado e do município que estavam vazios e ociosos. Sem cumprir a sua função social, esses imóveis foram ocupados por populações sem-teto, removidas durante as obras de reestruturação da região. Para Ermínia, em função de um mercado imobiliário altamente especulativo, cada vez mais a população de vulneráveis vai sendo expulsa e, em muitos casos, passa a ocupar áreas ambientalmente frágeis. Foi o que aconteceu em São Paulo, cidade que também teve o seu traçado urbano alterado por conta da Copa do Mundo da Fifa, em 2014.

A urbanista sustenta que as cidades brasileiras vivem um progresso conservador, com saltos de modernidade que carregam o atraso, o machismo e o preconceito.

## CÉLIO E FELIPE, OS GARIS

Quando menino, Célio Viana costumava escutar: “Se você não estudar, vai ser lixeiro”, ele conta. “Era como se fosse a pior das profissões”. Mas não para ele, que sempre ficava curioso com o grupo de homens de laranja que descia animado o Morro da Mangueira. Os homens responsáveis pela varredura sorriam. Deviam ter uma boa relação com os moradores da rua, ele pensava. Pareciam felizes. Decidiu: queria ser gari. Em 2002, foi aprovado em concurso da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Hoje, Célio tem orgulho e define a sua profissão como a de “um agente de saúde ambiental”. “É o gari que atua nas vias públicas impedindo que os lençóis freáticos fiquem contaminados ou que o lixo invada ruas e prolifere doenças. Fazemos um trabalho preventivo”, diz. Mas não imaginava que esse profissional sofresse tanta opressão, revela à Radis.

Em 2014, Célio foi um dos garis à frente da greve histórica que paralisou os serviços no Rio por oito dias. Entre as conquistas, um aumento de 37%, elevando o salário para R\$ 1.100, garantia de plano odontológico, participação nos resultados e direito a horas extras. Mas Célio foi demitido há pouco. Aos 51 anos, divorciado e com cinco filhos criados, juntou-se a outros companheiros que “sofreram retaliação” — nas suas palavras — mas também a muitos que permanecem na ativa. Fundaram o Círculo Laranja, um movimento que agora tem sede própria. A casa simpática abriu as portas no Cachambi em julho. É lá que os garis se reúnem para falar das questões da categoria, mas também para oficinas, debates, sessões de audiovisual. “O Círculo é atravessado pela cidade. Aqui nós discutimos a cidade que queremos: ecologicamente correta e que respeite as pessoas”, define.

Às vésperas da Olimpíada, ele apresentou o lugar à Radis, ao lado de Felipe de Oliveira — gari que trabalha de meia-noite às seis da manhã, na coleta de lixo do Leblon, na zona sul. “O gari tá em todas as partes. Sem o seu trabalho, a cidade para. Mas nos é negado o mínimo”, diz Felipe. Na calçada, um companheiro de laranja que por acaso cuidava da poda das árvores, foi convidado por Célio e Felipe a visitar o Círculo, que ele só conhecia de ouvir falar. Quem sabe Célio lhe diga o que falou à Radis: “O Rio continua lindo, mas precisa urgentemente mudar essa política que coloca as pessoas menos favorecidas na linha de fogo”.

Ela apontou um mapa de São Paulo em que se pode ver a concentração de empregos em uma área central com uma enorme quantidade de habitações na periferia. “É um massacre passar cerca de duas horas e 40 minutos da sua vida, diariamente, no transporte”, indignou-se, acrescentando que trabalhador não “evapora” depois da jornada de trabalho. “Deveria haver um controle do uso e da ocupação do solo com sistema viário eficaz que te permitisse morar a 100 quilômetros do emprego e isso não ser um problema”.

Em entrevista à *Radis*, o pesquisador do Observatório das Metrópoles, Orlando Júnior, disse que nesse modelo de cidade mercantilizada em que os negócios falam mais alto que as pessoas, o resultado é uma cidade partida com espaços urbanos cada vez mais desiguais. “É uma irracionalidade promover o deslocamento das classes populares construindo periferias ou o que pode ser chamado de não-cidade”, argumentou (veja entrevista completa na página 16). Para Orlando, tudo se resume a uma questão de prioridades. “Independente de gostarmos ou não da derrubada da Perimetral, precisamos saber em que medida isso era prioridade para a cidade do Rio de Janeiro”, diz ele, referindo-se ao viaduto que veio abaixo como parte do Projeto Olímpico.

## MEGAEVENTOS

Para especialistas ouvidos por *Radis*, não há como discutir projetos de cidade sem levar em conta os megaeventos, cada vez mais frequentes em uma dimensão global. O sociólogo Fernando Maldonado, que escreve uma tese de doutorado sobre o assunto, disse que os megaeventos se caracterizam por atrair uma enorme quantidade de pessoas para as cidades-sede, mas principalmente pelas modificações que eles impõem a essas cidades. “Os megaeventos geram uma preocupação administrativa e de apresentação pública distinta de eventos que ocorrem em uma escala menor”, afirmou.

Em sua pesquisa, Fernando compara a Copa do Mundo realizada na África do Sul, em 2010, com a experiência brasileira de dois anos atrás. Ele considera aspectos como infraestrutura, habitação e trabalho informal. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, Fernando aponta que a população mais vulnerável vai ficando cada vez mais pobre, com menores índices de desenvolvimento humano e com dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde. “A Copa do Mundo e a Olimpíada são uma forte narrativa sociopolítica usada para justificar mudanças em nome de um projeto hegemônico de cidade”, disse, explicando que os megaeventos servem, portanto,

## MARIA DOS CAMELÔS

Ela está de licença-maternidade. No dia em que marcou com a equipe de *Radis*, Maria de Lourdes do Carmo — conhecida por todos como a Maria dos Camelôs — pegou um metrô na Tijuca, onde mora, para encontrar com a reportagem na “Cidade”, como muitos se referem à região central. É lá que mantém uma barraquinha de vestidos e lenços e camisetas e cachecóis. Levou junto a pequena Antonia, que nasceu em meio a luta da mãe para garantir mais segurança e espaço de trabalho para os ambulantes do Rio de Janeiro. Coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (Muca), criado há 13 anos, Maria diz que a principal bandeira do grupo é o fim da violência. “Guarda municipal existe para cuidar de patrimônio público, não para fazer repressão a camelô com cassetete e bala de borracha”, acredita. “Em vez de orientar quem trabalha na rua, a guarda causa tumulto”.

Muita coisa mudou desde que Maria trocou o trabalho de doméstica pelo de camelô, há 20 anos. Ela já não precisa mais correr da guarda como fazia antes de conquistar a sua autorização, mas acha que hoje há uma repressão maior e se preocupa com os antigos companheiros que perderam suas barracas. “Para onde foram essas pessoas?”, indaga, esboçando uma resposta. “Essa cidade que a prefeitura tá fazendo não é só para a Olimpíada. É um modelo onde a gente não cabe, o pobre não cabe”. Maria aponta para os arredores da avenida Rio Branco, por onde correm os vagões do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), recém-inaugurado. “Agora mesmo, estão querendo nos mudar de lugar. Já disseram que vão construir um *boulevard*, que vão querer isso muito bonito e que a gente não pode trabalhar aqui”.

Maria também reclama das vendas que, segundo ela, diminuíram em cerca de 70%. Mas não pensa em sair das ruas nem por um momento. Desde que ingressou no Muca, diz ter tomado consciência de todos os seus direitos. Já não consegue mais torcer na Copa do Mundo. Nem na Olimpíada. E não acredita que o alardeado legado olímpico traga qualquer benefício. “Só se for para as grandes empreiteiras”, diz. Ela vai continuar acordando às seis da manhã e voltando para casa às oito da noite. “Para tentar vender para quem chega e quem sai do trabalho”, conclui, antes de chamar a filha mais velha que lhe substitui na barraca enquanto dura a licença. Chegou mais um cliente e ela vai amamentar Antonia.



para o poder público efetivar determinadas transformações na cidade sob a desculpa da manutenção da ordem pública — algo que, sem eles, seria muito mais difícil de acontecer.

Recentemente, em entrevista à rede americana CBS Sports (28/6), o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, admitiu que os Jogos Olímpicos podem ser um grande fracasso, alegando os problemas com a segurança do evento. Na mesma toada, em 14 de julho, depois de denúncias de corrupção e superfaturamento em obras, o prefeito Eduardo Paes declarou em entrevista ao jornal inglês *The Guardian* (14/7) que a “Olimpíada já é uma oportunidade perdida”, usando como desculpa a crise política e econômica do país: “Com todos esses escândalos, este não é o melhor momento para estar nos olhos do mundo”. Mas o prefeito continua sustentando os impactos positivos que as obras terão na cidade a longo prazo. “Nunca houve tanta transformação nesta cidade para as pessoas pobres”, afirmou. “Os Jogos Olímpicos são uma grande inspiração para que as coisas sejam feitas”.

### CIDADES REBELDES

Entre 8 e 11 de março, o Rio de Janeiro sediou o evento “Cidades rebeldes, espaços de esperança”, que contou com a participação do geógrafo britânico David Harvey, um dos grandes pensadores contemporâneos sobre o direito à

cidade, e de representantes de movimentos que apostam na ação coletiva para construção de um outro modelo de cidade. *Radis* acompanhou o evento. Na ocasião, Harvey foi categórico: “O Rio é uma grande cidade. Mas é uma cidade melhor sem os megaeventos do que com eles”. O estudioso comparou o exemplo carioca com o que aconteceu na cidade espanhola de Barcelona, durante os jogos de 1992 e cujo modelo inspirou o brasileiro. “Barcelona se tornou uma *commodity*. O custo de uma cidade-commodity é muito elevado. Os preços sobem e as pessoas comuns não podem viver no Centro da cidade. Elas não se beneficiam de nenhuma forma”.

Para Harvey, o direito à cidade emerge como uma pauta capaz de unificar os diversos movimentos sociais que lutam pelo direito a saúde, educação, moradia, passe-livre e por mais democracia. Para o professor e ativista de Direitos Humanos, Leonardo Cisneiros, o direito à cidade significa não apenas usufruir dessa cidade, mas também participar de sua construção. “A cidade é uma obra coletiva”, disse o integrante do Movimento Ocupa Estelita, que surgiu no Recife, em 2012, contra a privatização do cais José Estelita, uma área de 100 mil metros quadrados estrategicamente situada às margens do Rio Capibaribe. “Nossa desobediência, ao ocupar o terreno, fez com que o projeto das empreiteiras não fosse cumprido”, resumiu. “Precisamos lutar contra um certo analfabetismo urbanístico e deixar a cidade acontecer à revelia”.

## DONA IRONE E A VIOLÊNCIA

**A**inda hoje Dona Irone Santiago sente arrepios quando o telefone de casa toca. Foi pelo telefone que ela recebeu a notícia de que o filho Vítor Santiago, de 29 anos, havia sido baleado. Era madrugada de 12 de fevereiro de 2015. Vítor teve a perna esquerda amputada e ficou paraplégico depois que o carro em que ele estava foi fuzilado por militares do Exército. Um ano e meio depois, ele guarda um otimismo impressionante; ela fez da luta por justiça sua razão de ser. “O que fizeram ao meu filho foi uma covardia imensa. Mas a luta nos fortalece. Isso agora está entranhado na minha pele e no meu sangue”, diz à *Radis*, em sua casa, na Vila Pinheiro, uma das 17 favelas que integram o Complexo da Maré no Rio.

Vítor estava prestes a concluir um curso de segurança do trabalho. Também era dançarino, havia integrado o Corpo de Baile da Maré. Dona Irone reconhece que a violência e a guerra entre facções são um problema do Estado a ser combatido com responsabilidade. “Mas da forma que age, o governo parece querer eliminar o povo pobre. A maioria de nós é trabalhadora”, disse. Recentemente, um relatório divulgado pela *Human Rights Watch* apontou que a polícia do estado do Rio matou quase duas pessoas por dia, em 2015.

Emocionada, dona Irone acrescenta que o muro que divide a zona sul da favela revela muitas diferenças. “A polícia que atua lá não invade o apartamento ou o condomínio, não tem uma chave mestra pra arrombar a sua casa”. Ela descreve o cotidiano da Vila Pinheiro durante a ocupação das “Forças de Pacificação” — quando, a pedido do governo do Rio, tropas do Exército e da Marinha estabeleceram-se nas favelas cariocas: “Tinha dias que eu contava até quatro tanques na rua. Você escutava sirene e barulho e uma musiquinha mandando a gente denunciar traficantes. Me sentia muito oprimida”.

Dona Irone está processando o Estado. Sua luta fez com que o caso de Vítor repercutisse e passasse a integrar o relatório da Anistia Internacional. A história também ganhou visibilidade com o vídeo produzido pela Justiça Global, organização de direitos humanos (assista em <http://goo.gl/KZxC5N>). Mas foi preciso contratar um advogado particular para que o caso andasse na Justiça.

Nos documentos do Estado, não havia sequer registros de Vítor como vítima.

No dia em que a reportagem de *Radis* foi à casa de Dona Irone, a filha de Vítor brincava no quarto do pai. Da cama, assistindo ao noticiário, ele não se revolta. Mas também não se conforma com a lentidão e a injustiça — “com esse nada acontece”. Aos poucos começa a retomar sua vida. Vez em quando, faz um passeio com os amigos, mas precisa de pelo menos três deles para conduzir a cadeira de rodas na descida da escada íngreme. Vai acompanhar a Paraolimpíada, em setembro, fazendo planos para um dia, quem sabe, no futuro, voltar a praticar esportes.



## SAÚDE E MEGAEVENTOS

O processo acelerado de urbanização das cidades e as grandes intervenções urbanas provocadas pelos megaeventos também deixam marcas na saúde da população. Para o pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Rodrigo Machado Vilani, as grandes intervenções urbanas ainda privilegiam opções mercadológicas em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população, provocando o adiamento de ações governamentais na área de saneamento, por exemplo. Ao se referir à Olimpíada do Rio, ele diz que o atraso nas obras de saneamento do Eixo Olímpico e mais um fracasso em relação à despoluição da Baía de Guanabara prejudicam qualquer discurso que se proponha otimista em relação a um legado para saúde e meio ambiente.

Rodrigo lembra ainda o descaso com o meio ambiente, ao citar a construção de um campo de golfe dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), no Parque Natural Municipal de Marapendi. “Estas situações reforçam a ideia de que as intervenções possuíram uma clara orientação mercadológica e, fora dessa lógica, aspectos como saúde e meio ambiente foram relegados

a segundo plano”, disse. Para superar a lacuna entre o planejamento do ambiente urbano e a melhoria das condições de saúde da população, Rodrigo considera que as decisões políticas não podem se dar fora de um modelo participativo e democrático. “Transparência e participação no processo, abertura ao diálogo com a sociedade e as instituições de ensino e pesquisa, substituição de cargos e opções políticas pela adoção de prevenção e precaução na definição das ações são opções favoráveis para retirar o planejamento público do obscurantismo em que se encontra”.

Para Orlando Júnior, para que a relação com os megaeventos se dê de forma diferente, é preciso negar o modelo imposto por instituições como Fifa e Coi. Do contrário, segundo ele, esse modelo vai promover processos de mercantilização e de difusão neoliberal em qualquer cidade que acolha esses megaeventos. “Para fazer diferente, é necessário adotar a transparência, ouvir as pessoas, discutir prioridades, utilizar os instrumentos de participação disponíveis”, argumentou. “Nós perdemos a oportunidade de fazer isso”. Mas ele ainda acredita na construção de uma cidade mais justa, colaborativa e democrática. Como no frescobol.

## SAIBA MAIS

### Revista Radis nº 129

<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/129>

### Revista Radis nº 141

<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/141>

### Portal Oficial dos Jogos Olímpicos

<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br>

### Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas

<http://rio.portalpopulardaco-pa.org.br/>

### Dossiê: “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”

<https://goo.gl/83asfQ>

### Relatório: “Brazil: Extrajudicial Executions Undercut Rio Security”

<https://goo.gl/VrNbtK>

## RODRIGO E O TRÂNSITO

Pode-se dizer que Rodrigo de Jesus Guilhon passa a vida no trânsito. Motorista, ele conhece cada palmo do caminho da linha 804, que faz o trajeto Santa Cruz-Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro — uma das poucas que não sofreram mudança de itinerário com as alterações no sistema viário da cidade. Mas, atento, ele diz que os passageiros têm reclamado mais do transporte público. “Muita gente pegava apenas uma condução para chegar ao destino e agora tem de pegar duas. Isso é incômodo”. As muitas obras na cidade também vêm deixando o trânsito confuso e o tempo de travessia mais longo. Não raro, Rodrigo extrapola os 50 minutos estimados para seu percurso, chegando a gastar 20 minutos a mais.

“Motorista de ônibus não tem hora pra largar o trabalho”, diz ele, que todos os dias chega ao Largo do Arão, às 13h45, para uma longa jornada que às vezes só acaba às 23 horas. No transporte coletivo do Rio, a função do cobrador vem sendo substituída pelas catracas eletrônicas, mas como muitos passageiros ainda não possuem o bilhete eletrônico, cabe ao motorista mais de um papel. “A gente dirige, cobra, dá troco, tem de estar atento à porta. Os passageiros ficam indignados. É estressante. E eu lamento que isso também tenha gerado desemprego”, conta Rodrigo que já foi treinado para exercer a dupla-função quando decidiu trocar a rotina de auxiliar administrativo pela de motorista, há três anos — “porque queria melhorar o orçamento doméstico”.

Hoje, Rodrigo divide a casa e as despesas com o companheiro, com quem vive há cinco anos. Ganha cerca de dois salários mínimos e nunca se arrepende da mudança de profissão. Nem mesmo quando tem que enfrentar o calor de mais de 40 graus do verão carioca a bordo de ônibus sem ar-condicionado. Mas espera que seja cumprida a decisão da Justiça que obriga o prefeito Eduardo Paes a refrigerar 100% da frota até o final de 2016 — em 2014, a prefeitura havia assumido o compromisso de colocar nas ruas 2.233 coletivos com ar-condicionado para compensar a população pela derrubada da Perimetral e das mudanças no trânsito, mas voltou atrás e publicou decreto reduzindo a meta para apenas 70%.

Na Olimpíada, Rodrigo, que é torcedor de vôlei de praia e fã das provas de ciclismo, triatlo e ginástica artística, vai tentar ver pela TV o que for possível. Nem que seja nos intervalos de cinco minutos a que os motoristas têm direito entre uma viagem e outra. “Apesar de toda essa demora com as obras e dos gastos com a Olimpíada, a gente é brasileiro e não desiste nunca. Vamos torcer pelas medalhas”, conclui.

# A CIDADE TEM QUE SATISFAZER AS PESSOAS

Às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016, *Radis* conversou com o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Orlando dos Santos Júnior. A entrevista sobre o direito à cidade aconteceu em meio ao trânsito caótico e ao vai e vem corriqueiro das ruas do Catete, bairro histórico do Rio de Janeiro. Enquanto analisa o impacto dos megaeventos no Brasil, Orlando Júnior critica o projeto de cidade excludente e desigual que privilegia os negócios e a lógica do mercado em detrimento das pessoas. Para ele, é preciso reinventar as cidades.

## A urbanista Raquel Rolnik disse certa vez que, no Brasil, o grande problema não é o déficit de moradia, mas o déficit de cidade. Como chegamos a isso?

Esse déficit de cidade é reflexo da enorme concentração fundiária que marca a história do Brasil. Nas grandes cidades, o número de habitações vazias é muito próximo do número de pessoas sem teto. Então, pode-se dizer que a questão urbana brasileira não é expressa adequadamente pela ideia do déficit habitacional, mas sim pelo déficit de cidade, compreendendo aí o direito das pessoas de viver dignamente nas cidades, de participar dos benefícios decorrentes da urbanização e de ter seus direitos sociais, civis, políticos respeitados e exercidos plenamente. Nesse sentido, é que a gente pode dizer que há no Brasil um déficit de cidade que expressa essa história de construção das cidades fundada num modelo segregador, onde as elites não aceitavam e não aceitam até hoje, infelizmente, a partilha, a convivência no mesmo espaço com as classes populares. Nosso modelo de urbanização é fundado na negação do outro, na negação da convivência. Ao outro, aquele que não é reflexo dessa classe social das elites, é reservado o não-espço, o espaço distante, a periferia, a não-cidade. Esse é o modelo de cidade que marca o Brasil.

## Que outro modelo de cidade é possível?

Uma cidade para as pessoas e não para os negócios. Uma cidade desmercantilizada é uma cidade em que todos e todas tenham direito à saúde, educação, habitação, saneamento, meio ambiente, transporte, mobilidade, lazer, trabalho, cultura, tudo o que é necessário pra se viver dignamente. Quer dizer, uma cidade não pode estar subordinada aos negócios, não pode estar subordinada ao lucro, às grandes empresas, às grandes corporações, ao mercado imobiliário. A cidade não pode ser da Carvalho Hosken ou da Odebrecht [*construtoras que integram o consórcio responsável pela obra da Vila Olímpica, no Rio de Janeiro, entre outros empreendimentos*]. Tem que ser das pessoas, tem que satisfazer as pessoas.

## Como democratizar as cidades?

Uma cidade radicalmente democrática é uma cidade que, em primeiro lugar, busca atender os direitos das pessoas que nela vivem. É para isso que a cidade existe. Em segundo lugar, a cidade é o lugar da diversidade e portanto da heterogeneidade e não da homogeneidade, da segregação, da intolerância. Isso se reflete nos espaços públicos hoje altamente controlados, nos condomínios fechados... Isso se reflete



no Maracanã – quando você liquida com a geral e cria os espaços VIPs. A própria arquitetura da cidade vai negando a tolerância, a convivência, quando a cidade deve existir exatamente para afirmar a diferença. É você sair de casa sem saber com quem vai cruzar na rua. Mas aí, se quer controlar isso, você vai ao shopping center pra ver os da sua mesma classe, os da sua mesma cor, os brancos e ricos que têm o mesmo padrão de consumo que o seu. Esse é um tipo de cidade que se nega a si mesma, que se nega como cidade e que está sempre sob o barril da violência. Porque a intolerância gera violência e a incapacidade do ser humano de conviver com o outro. Isso é muito grave. Então, ao contrário dessa cidade fortificada, policiada pelo Exército, com câmeras, que cria uma paz fundada na guerra e que na verdade é uma falsa paz, é preciso construir outros valores. E isso a gente quer expressar no direito à cidade.

### **O que significa exatamente o direito à cidade?**

Significa ter acesso não apenas à habitação, saneamento, água, lazer, cultura, transporte, trabalho, mas também ter o direito de reinventar a cidade. Significa o direito de participar nas decisões coletivas da cidade. É este o princípio que está na base do ideário do direito à cidade: que as definições relativas à cidade devem ser tomadas pelos cidadãos e cidadãs.

### **Para não parecer que estamos falando de uma cidade utópica, queria saber quais os atalhos para a construção dessa cidade ou o quanto distante estamos dela?**

Primeiro, eu acredito, muito inspirado no filósofo [Henri] Lefebvre, que essas práticas estão no interior dessa cidade. Isso que a gente tá falando como utopia já está aqui, nesta cidade, nos insterícios desta cidade. Nas ocupações, na periferia, em diversas experiências

desenvolvidas, em vários processos de ocupação de ruas, de escolas, de postos de saúde, de casas vazias, de praças, enfim. Estão aqui, basta reconhecê-las: está nos estudantes, quando ocupam as escolas ou nos sem-teto, quando ocupam moradias vazias que estão servindo para especulação imobiliária. Eu vejo sinais dessa nova cidade, dessa outra cidade, aqui, agora. Não é utopia. Claro que essas múltiplas práticas são a semente de esperança de que a gente pode ter uma cidade diferente, mais completa, total, no futuro. Mas ela começa agora.

### **Os megaeventos são usados, muitas vezes, como uma desculpa para promover a recuperação de uma cidade.**

#### **Quais os resultados desse processo?**

Entender o impacto dos megaeventos no Brasil é bastante complexo. Vou tomar como exemplo o Rio de Janeiro mas isso é um pouco o que aconteceu nas grandes cidades brasileiras. O que a gente percebe é que os megaeventos esportivos servem como um veículo de mercantilização de certos territórios da cidade do Rio e difundem um modelo de governança que nós podemos chamar de neoliberal no sentido de que subordina a governança da cidade à lógica do mercado e, por exemplo, difunde as parcerias público-privadas como base desse modelo. Então, a lógica de gestão dos serviços de certos espaços das cidades passa a estar subordinada à lógica do mercado: é preciso que dê lucro, é preciso que os serviços públicos deem lucro para as empresas. O resultado desse processo é uma cidade mais desigual do ponto de vista socioespacial. Se a Olimpíada tem um impacto relevante para a cidade do ponto de vista da sua configuração urbana, eu diria que é exatamente este: tornar a cidade mais desigual com as irracionalidades ou perversidades que esse processo implica. A Olimpíada no Rio legitima esse projeto de cidade desigual e excludente.

### **Por onde passaram no Brasil, esses megaeventos geraram também uma onda de protestos e movimentos de contestação amplificando o debate sobre projetos de cidades. Que alternativa de cidade pode sair dessa arena?**

A promoção desse novo ciclo de mercantilização da cidade, ou desse projeto de modernização neoliberal que vem sendo implementado, suscita muitas contradições e envolve muitos conflitos sociais. Isso está na base das ações dos movimentos de contestações desses projetos e de politização desse momento que estamos vivendo. Eu diria que esse é o lado que permite vislumbrar esperança. Nesse jogo, os atores não são apenas as empreiteiras, a prefeitura municipal, os bancos, os credores, o Comitê Olímpico Internacional (COI), a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e os que se beneficiam desses megaeventos. Tem o povo, a população, os garis, os ambulantes, os estudantes, o movimento social, o movimento de habitação, tem um conjunto de agentes que está se organizando, se mobilizando, contestando. Eu acho que, nesse sentido, a Olimpíada emerge como uma oportunidade de politização do debate em torno da cidade. Mas, mais do que isso, o processo de politização permite a superação das agendas pontuais de cada um dos movimentos – quer dizer, agenda da segurança, da juventude, do movimento negro, das mulheres, dos ambulantes, das prostitutas, do movimento de moradia, do movimento de transporte, da mobilidade, do saneamento, dos ambientalistas – e passa-se a construir uma pauta centrada no direito à cidade. A Olimpíada vai passar, esse projeto de cidade excludente, não. Então, o desafio é que essa semente de articulação e de superação das agendas pontuais floresça efetivamente e consiga constituir um movimento em torno do direito à cidade, de uma cidade colaborativa, democrática e justa. (A.C.P.)



# RESISTÊNCIA A TODA PROVA

Liseane Morosini

A terra de chão batido deu lugar às casas ocupadas por moradores da Vila Autódromo, zona oeste do Rio de Janeiro. Ali moravam cerca de 700 famílias em casas situadas na faixa entre o muro do Autódromo Internacional Nelson Piquet e a Lagoa de Jacarepaguá. O tempo trouxe a padaria, um pequeno comércio, oficina mecânica e botecos. Uma pracinha era o ponto de encontro das crianças. Mas quem hoje anda por lá, se depara com o vazio. Quase nada resta da comunidade que se tornou o símbolo da resistência contra a remoção forçada, realizada pela prefeitura sob o argumento de viabilizar acessos ao vizinho Parque Olímpico, e preservar as áreas ambientais no entorno da lagoa.

Para essa comunidade, desde sempre o futuro esteve ameaçado. Começou com o avanço do mercado imobiliário sobre a Barra da Tijuca, também na zona oeste, na década de 1990; depois vieram alegações de que as pessoas estariam em área de risco, que causavam dano ambiental. Nada disso retirou os moradores, que lutavam pelo direito de permanecer, já que possuíam o título de Concessão de Direito Real de Uso, do Governo do Estado. Em 2009, o Rio foi eleito cidade-sede dos Jogos de 2016 e a comunidade não cabia no figurino. A partir de 2014, casas começaram a ser destruídas de forma arbitrária e seus moradores receberam algum tipo de reparação. Quem saiu deu adeus, quem ficou sofreu pressões, ameaças, enfrentou o corte frequente de serviços públicos. Sem as casas, a prefeitura aterrou a beira da lagoa ampliando o Parque Olímpico. Após os Jogos, ali vão surgir edifícios residenciais e comerciais, destinados a famílias mais abastadas que os moradores que deram vida ao lugar.

Em 2013, *Radis* registrou a luta dos moradores (edição 129) e conversou com Altair Antunes, presidente da Associação de Moradores. Em julho, retornou à comunidade para conferir o que aconteceu. A aridez toma conta de tudo. O autódromo sumiu, bem como a casa que um dia fez a alegria de Altair e de sua família. Um lado da Vila virou asfalto. No outro, há caminhões, operários, poeira e obras. Quatro casas ainda estavam em pé, duas delas com moradores, mas a demolição batia em suas portas. Hoje, uma cerca divide o projeto olímpico da realidade que soterrou muitas histórias de vida. Frases escritas nos muros, como "A minha casa foi feita para morar e não negociar"

e "Nem todos têm um preço", contornam o espaço e mostram a razão da luta travada.

Vinte famílias conseguiram ficar e serão reassentadas em casas construídas pela prefeitura. Durante as obras, decidiram esperar ali mesmo, em containers, pois tinham medo de não mais voltar. A família de Maria da Penha Macena, liderança que emergiu no calor das remoções, foi uma delas. Após a perda da casa, ficou instalada na igreja construída pelos moradores, em 2006, e que ainda guarda uma parte de seus pertences. "Essa era uma comunidade boa. Todos tinham uma história de território, de cidade. Hoje temos isso aí. A comunidade acabou", lamenta. "Tiraram nosso comércio, botaram ordem de choque aqui dentro, descaracterizaram a comunidade. Eles acham que pobre não tem o direito de ficar", analisa. Dona Penha diz que o projeto prevê ainda quadra, centro cultural, duas escolas e a sede da associação de moradores, que também foi ao chão. Ao olhar mais para longe e ver o asfalto que toma conta do Parque Olímpico, dona Penha sorri e afirma que "vai virar tudo condomínio de luxo". "Vamos ter novos vizinhos", ironiza.

Para evitar as remoções, os moradores, assessorados por especialistas, criaram um projeto de reurbanização, que foi ignorado pela prefeitura. "Não houve acordo, apesar das promessas do prefeito Eduardo Paes de que manteria a comunidade", diz a diarista. Em março de 2014, 150 famílias aceitaram ir para o conjunto habitacional Parque Carioca, a 1,5 quilômetro de distância. Se de um lado houve força, do outro houve resistência.

CIDADANIA

# ALTAIR E AS REMOÇÕES

**N**a manhã de 11 de fevereiro de 2016, Altair Antunes recebeu a notícia de que a casa em que morava seria derrubada. Três horas depois, quando chegou à Vila Autódromo, estava tudo no chão. “Levaram uns móveis para o depósito, mas ficou tudo danificado”, diz, ao falar da terceira remoção que enfrenta na vida. Aos 14 anos, saiu da Ilha das Caiçaras, na zona sul, para a Cidade de Deus, zona oeste, e de lá foi para a Vila Autódromo. “Quando eu cheguei à Vila Autódromo é como se tivesse chegado no céu. Tinha muito amor por lá”. Por conta de seu histórico de remoções, foi na Vila que Altair começou a militância pelo direito de morar. Há dez anos é presidente da Associação de Moradores e diz que a prefeitura derrubou a associação, mas não o CNPJ. “Lutamos até onde deu. Eles não podiam ter feito isso. A gente tinha o direito de ficar ali por 99 anos”, diz, ao falar sobre a Lei Complementar 74, que designou a área como especial interesse social para fim de moradia. “Entregaram tudo nas mãos das construtoras: 75% dessa área já está destinada à especulação imobiliária”, garante. Diabético e hipertenso, Altair não consegue entender o fim da comunidade. “Os juízes passaram a caneta por cima de tudo. Eles nem leram os documentos. Foi perverso demais. Essa Olimpíada foi um pretexto e eu não tenho mais como acreditar em um país como esse”. Para ele, houve uma investida covarde diante de pessoas fragilizadas e que se viram diante de indenizações muito altas. Mas acredita que não houve vitória. “Eu acho bom que ficaram 20, mas a vitória seria se a comunidade tivesse ficado”, considera. Hoje, Altair mora na Estrada dos Bandeirantes, também na zona oeste, com a mulher, Vânia, e a filha, Naomi, e trabalha em uma região próxima à Vila Autódromo; a casa que foi sua, durante 22 anos, foi soterrada por uma passarela construída para dar acesso ao Parque Olímpico. “O dinheiro não é tudo no mundo. O que conta é a trajetória, o vínculo que a gente forma, os vizinhos. E isso eu tenho em comunidade. Eu vou seguir e sobreviver com meu suor e trabalho. Sobreviverei nessa selva, como sempre sobrevivi”.

Em março de 2016, em uma das investidas de desocupação de uma moradia, dona Penha teve o nariz quebrado pela Guarda Municipal. “Quando viram que não iam nos derrubar, começaram a bater”, relata. A demolição da casa de dona Penha aconteceu no Dia Internacional da Mulher (8/3). Mal houve tempo de tirar os pertences. “Foi tudo muito rápido”, recorda. Nesse mesmo dia, ela foi homenageada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Antes de ir para a Vila Autódromo, a parai-bana Maria da Penha, que chegou ao Rio ainda pequena, morava na Rocinha, na zona sul da cidade. Veio junto com o marido Luiz Cláudio Silva, a sogra Agostinha, já falecida, e a filha Nathalia, e achou o seu chão. “Foi aqui que eu me enraizei e criei a minha história, estruturei a minha vida familiar e comunitária. Aqui você partilha tudo, alegria, tristeza, o pão. Para mim isso é viver bem. Essa é a vida da gente”, comenta. Educador físico, Luiz Cláudio mantinha um projeto comunitário de escola de futebol para crianças. Agora, há poucas crianças por lá.

Durante as remoções, os moradores, com apoio popular e de uma universidade, promoveram atividades de resistência por meio do “Ocupa Vila Autódromo”. Houve festivais, música e lançamento de livro. Em maio, foi inaugurado o Museu das Remoções. Feitas com materiais das casas demolidas, algumas das sete esculturas a céu aberto ainda resistem, como mostra Nathalia, estudante de Artes Cênicas. “O museu resgata a história da vila. A história de luta dessa comunidade”, conta.

Ainda estavam lá, ao lado da igreja, a instalação com a tocha olímpica feita com destroços, restos do parquinho, que havia sido revitalizado por moradores em novembro de 2015, e as homenagens à dona Penha e Heloísa Helena Berto, a ialorixá do candomblé Luizinha de Nanã, que foi hostilizada pelos agentes da Prefeitura por conta de sua prática religiosa. Luizinha mora agora em Guaratiba, perto da Vila Autódromo, onde tenta levantar a casa de Nanã.

A família de dona Penha recusou propostas pela sua casa. “Não me arrependo. Veja, felicidade não se vende e não se compra. Eu fico porque quero ser respeitada como cidadã dessa cidade”, assegura. Sobre a Vila, que não é mais a mesma, ela acha que nunca vai se acabar. E vê um outro sabor na nova casa. “Uma desenhei e construí; tinha uma história de partilhar. Essa vai ter o sabor de vitória, de uma cobrança que é o direito de ficar na sua terra”.

Dona Penha acredita que a história da Vila Autódromo ensina uma lição para as comunidades e países que recebem megaeventos esportivos. “Para ter moradia, a gente tem que lutar, brigar, apanhar. Mas esse é um direito de cada cidadão. E os governantes devem respeitar o direito de quem mora na favela. Eles estão lá para trabalhar pelo povo. Não fazem favor algum”, completa. Olhando para o que restou, dona Penha ainda mantém a fé. “Eu olho e ainda fico bem. Nós podemos mudar o nosso país. Ainda tem jeito”, diz, abrindo um sorriso para a nova vida que vai acontecer no mesmo lugar que escolheu para viver. 

O GOVERNO É UM INSTRUMENTO DAS EMPREITEIRAS

A CONVIVÊNCIA DA JUSTIÇA COM OS DEITOS DE ESTADO SÃO O ABUSO DO PODER E A CORRUPÇÃO

A MINHA CASA FOI FEITA PARA MORAR E NÃO NEGOCIAR!

